

**ATA NÚMERO 91**  
**Reunião da Assembleia Geral - parte I**  
16 de setembro 2025 - Híbrida  
**Gran Canária**  
**08h50 - 12h30 (hora local) | Int: PT, FR, ESP e ENG**

---

### **Introdução e natureza da reunião**

A Assembleia Geral do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) reuniu-se, em sessão conjunta com o Conselho Consultivo para os Mercados (MAC) em formato híbrido, a partir do *Hotel HN Imperial Playa*, com interpretação simultânea em português, francês, espanhol e inglês, às nove horas (hora local), do dia (16) dezois de setembro de (2025) dois mil e vinte e cinco.

#### **1. Sessão de boas-vindas**

O Sr. Basílio Otero Presidente da Assembleia Geral do CCRUP e a Sra. Yobana Bermúdez, Presidente do MAC, abriram a sessão dando as boas-vindas a todos os presentes.

A Sra. Yobana Bermúdez recordou que, em conformidade com o disposto no Regulamento da Política Comum das Pescas, o MAC detinha competência sobre «todas as áreas de mercado». Na sequência da iniciativa do CCRUP, surgiu a oportunidade de analisar de forma pormenorizada as especificidades dos mercados das Regiões Ultraperiféricas, incluindo os desafios decorrentes da insularidade. Seria possível debater questões relacionadas com a organização do setor, as políticas de aquisição das empresas locais, o consumo, a rotulagem, a certificação, assim como a informação aos consumidores, entre outros temas. Manifestou o seu apreço pela disponibilidade demonstrada pelos representantes da Comissão Europeia, nomeadamente de Espanha, Portugal, França, da Agência Europeia de Controlo das Pescas e do Governo das Ilhas Canárias para participarem no debate. Agradeceu também aos membros do MAC e do CCRUP, pela sua valiosa participação, que contribuiu para o desenvolvimento do setor das pescas e da aquicultura da União Europeia. Agradeceu ainda pelo trabalho desenvolvido pelos Secretariados do MAC e do CCRUP na coordenação e organização da reunião.

O Sr. Basílio Otero agradeceu a todos os participantes e oradores a sua presença e felicitou os secretariados de ambos os Conselhos Consultivos pela organização bem-sucedida do evento. Agradeceu igualmente aos intérpretes.

## 2. Situação do mercado de produtos da pesca e da aquicultura nas Ilhas Canárias - Isabel Artime - Secretária-Geral das Pescas de Espanha;

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Artime salientou que a pesca se encontra profundamente enraizada na cultura das Ilhas Canárias, constituindo simultaneamente uma atividade económica e um modo de vida. Afirmou que o setor da pesca artesanal da região desempenhava um papel particularmente relevante, com 635 embarcações de artes menores dedicadas à pesca de pequena escala representando 90% do total da frota das Canárias (717 embarcações) enquanto que 53 embarcações de maior dimensão se dedicavam essencialmente à pesca do atum. Salientou que as Ilhas Canárias albergavam igualmente uma frota internacional de 23 embarcações de grande capacidade, que operavam em águas internacionais em diversas regiões do mundo, incluindo zonas como a Argentina. O total das capturas nas Ilhas Canárias ascendeu a aproximadamente 50.000 toneladas, gerando cerca de 100 milhões de euros em receitas. Destacou que 80% do volume total de capturas era efetuado pelas embarcações de maior dimensão. Não obstante a sua quota relativamente reduzida do volume total, 8 % das capturas da frota de pequenas artes representavam 15% do valor total, em virtude do elevado preço de mercado de determinadas espécies, designadamente a velha colorada (*Sparisoma cretense*) os pargos (*Pagrus pagrus*) e o atum rabilho (*Thunnus thynnus*) que eram comercializadas nos mercados locais e constituíam um elemento central do tecido social e económico das ilhas. Destacou ainda a importância da transformação do pescado e da aquicultura e informou que se encontram em funcionamento 39 instalações de transformação nas Ilhas Canárias, contribuindo para o abastecimento alimentar local e para o emprego. O setor da aquicultura compreendia cerca de 200 unidades, produzindo aproximadamente 8.000 toneladas por ano, avaliadas em 70 milhões de euros. O setor registou um crescimento constante, com uma diversificação contínua para novas espécies, incluindo o cultivo de algas marinhas a par das espécies tradicionais. Explicou também que as espécies de atum representam cerca de 50% de todas as capturas, o que lhes conferia grande relevância comercial tanto para os mercados locais como para as exportações. Espanha permanecia como um dos quatro maiores mercados de produtos da pesca e da aquicultura a nível mundial. Todavia, o país importava cerca de 60.000 toneladas mais do que exportava, o que evidenciava a importância de assegurar a segurança alimentar. No que respeitava aos desafios, reconheceu as dificuldades específicas associadas à insularidade, bem como um conjunto de questões estruturais de âmbito mais vasto. A idade média das embarcações que compunham a frota canária era de 44 anos, o que complicava a gestão dos custos operacionais e das exigências relacionadas com a sustentabilidade. Sublinhou a necessidade de proceder à renovação da frota, com o objetivo de

reforçar a segurança e a competitividade. A estruturação e organização do setor da pesca assumia igualmente uma importância crucial, existindo nas ilhas três principais organizações de produtores. Elogiou ainda o trabalho inovador por estas desenvolvido, nomeadamente a incorporação de drones e de tecnologias de comunicação por satélite para melhorar a eficiência e a monitorização das atividades. Reiterou o forte compromisso de Espanha no combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), qualificando-a como um desafio permanente. **Explicou que Espanha assegurava que a totalidade das importações de produtos da pesca e da aquicultura se encontrava 100% documentada, sendo processadas anualmente cerca de 45.000 verificações.** Sublinhou que um financiamento adequado por parte da União Europeia era essencial para a modernização das embarcações, o reforço da competitividade, a melhoria dos mecanismos de comercialização e o fortalecimento dos sistemas de controlo e rastreabilidade. Manifestou preocupação pelo facto de a atual proposta da Comissão Europeia não contemplar de forma satisfatória estas prioridades e apelou a um trabalho colaborativo entre os Conselhos Consultivos e as instituições da UE, de modo a garantir um financiamento robusto e contínuo que assegurasse a sustentabilidade e o desenvolvimento futuro do setor.

**3. Situação do mercado de produtos da pesca e da aquicultura nas RUP francesas - Padma Chinta - Diretora do Gabinete de Economia das Pescas do Ministério francês responsável pelas Pescas;**

A Sra. Padma Chinta salientou que a pesca constituía um motor fundamental para o desenvolvimento económico nas Regiões Ultraperiféricas, nomeadamente em termos de autonomia alimentar, e destacou a ambição de alcançar um desenvolvimento sustentável naqueles territórios. Os mercados da pesca e da aquicultura nas Regiões Ultraperiféricas francesas apresentavam um conjunto de características económicas, em termos de Produto Interno Bruto, aqueles setores eram altamente significativos, tanto para a economia geral, como para os meios de subsistência dos cidadãos locais. Contudo, existiam enormes disparidades, nomeadamente em *Mayotte*, que registava elevados níveis de desemprego e pobreza. Destacou que diversos desafios comuns afetavam estas regiões, verificava-se uma forte dependência das importações, particularmente em *Mayotte*, onde a produção nacional cobria apenas 15% do consumo interno, correspondendo a 2.000 toneladas por ano de um consumo total de **13.000 toneladas**. A *Guyane* Francesa era uma exceção, dispondo de uma estrutura mais integrada. Afirmou também que os aumentos de preços eram significativos, situando-se o custo de vida 30-40% acima do verificado na França continental. Algumas regiões, como a *Guyane* Francesa e a Ilha da Reunião, beneficiavam de um setor de pesca de alto-mar bem estruturado, demonstrando robustez territorial. Em contrapartida, outras regiões registavam pescas mais fragmentadas, com a produção

dispersa por diferentes áreas, como a Guadalupe e a Martinica. Tal fragmentação conduzia a picos de produção sazonais, o que criava desafios para o abastecimento de produtos prontos a consumir, a valorização do pescado e a geração de emprego em restaurantes, cooperativas, cantinas e hospitais. Explicou que as limitações estruturais das frotas naquelas regiões, constituídas maioritariamente por embarcações com menos de 12 metros, restringiam ainda mais a utilização dos recursos, enquanto as embarcações de maior dimensão - representando apenas 2% da frota - eram responsáveis por 20% do total das capturas. A frota registou igualmente um envelhecimento considerável desde 2008, tendo desaparecido 25% das embarcações e permanecendo a inovação limitada, o que evidenciava a necessidade de renovação da frota. A aquicultura permanecia subdesenvolvida e exposta a riscos climáticos, caracterizando-se por equipamentos pouco fiáveis e por uma produção local limitada. O Plano de Aquicultura 2021-2027 tinha por objetivo promover projetos orientados para o desenvolvimento sustentável e para o reforço da soberania alimentar local, ao mesmo tempo que procurava impulsionar serviços marítimos e métodos de abastecimento adaptados a condições climáticas extremas. Destacou a importância das estruturas públicas e do apoio europeu, apelando a mecanismos de compensação e a um acompanhamento de alto nível no âmbito de programas como o FEAMPA, com vista a fortalecer as estruturas territoriais. A adaptação às regras e aos regimes de auxílios da União Europeia tinha uma importância crucial para apoiar a renovação da frota e o desenvolvimento da aquicultura, exigindo políticas estatais dedicadas e recolha adicional de dados. Em termos gerais, a prioridade consistia em modernizar as frotas, assegurar a utilização sustentável dos recursos e permitir que os pescadores das Regiões Ultraperiféricas desenvolvessem todo o seu potencial, reforçando simultaneamente a segurança económica e alimentar.

#### **4. Situação do mercado de produtos da pesca e da aquicultura nas Regiões Ultraperiféricas portuguesas** – Salvador Malheiro - Secretário de Estado das Pescas e do Mar de Portugal

O Sr. Salvador Malheiro expressou que era uma honra participar num evento que, nas suas palavras, simbolizava a diversidade, força e potencial das Regiões Ultraperiféricas da UE. Agradeceu aos organizadores e às autoridades das Ilhas Canárias e sublinhou a importância daquela reunião anual enquanto plataforma para um diálogo franco e pragmático entre as regiões e as instituições europeias. Destacou que o CCRUP desempenhava um papel decisivo para assegurar que a voz das regiões ultraperiféricas fosse devidamente ouvida e tida em consideração na formulação das políticas europeias. Salientou a importância económica e ecológica singular dos Açores e da Madeira, cujos setores marítimos eram centrais para as comunidades costeiras de Portugal e funcionavam como polos atlânticos estratégicos, com contribuições significativas para a cadeia de valor dos produtos da pesca e

da aquicultura, o turismo, a gastronomia e a conservação marinha. Recordou que os Açores albergavam a maior rede de áreas marinhas protegidas do Atlântico Norte, abrangendo 30% das respetivas águas, uma decisão política sustentada em evidência científica e na participação dos diversos setores. Aquela realidade evidenciava um compromisso profundo com a sustentabilidade e com a resiliência dos recursos a longo prazo. Na região da Madeira, encontravam-se em curso campanhas oceanográficas destinadas à cartografia de habitats marinhos e à avaliação de serviços ecossistémicos, fornecendo dados essenciais para orientar a designação de futuras áreas marinhas protegidas e para reforçar o posicionamento comercial dos produtos madeirenses em mercados que valorizam a transparência. Referiu também a recente inclusão das águas da Macaronésia (Madeira e Canárias) no âmbito da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM) da UE ao abrigo da Convenção regional internacional para a proteção do Atlântico Nordeste (OSPAR) - um passo importante para a convergência ambiental, respeitando as especificidades regionais. Além disto, a adoção do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo para os Açores significava que Portugal dispunha agora de cobertura nacional integral em matéria de ordenamento do espaço marítimo, harmonizando utilizações como a conservação, as pescas, a aquicultura, a energia e a investigação. Passando às dinâmicas atuais do mercado, destacou que a inflação e o aumento dos custos energéticos conduziram a despesas nominais mais elevadas com produtos do mar, mas a volumes de consumo mais baixos, criando desafios para os produtores em regiões remotas onde a logística era dispendiosa. Embora a procura de produtos sustentáveis e rastreáveis estivesse a aumentar - conferindo aos Açores e à Madeira uma vantagem competitiva -, persistiam desafios estruturais, incluindo a produção de pequena escala, os elevados custos logísticos, o envelhecimento da frota, os preços dos combustíveis e a escassez de mão de obra. Destacou a necessidade de apoio direcionado da UE, particularmente através do reforço da compensação dos custos adicionais no âmbito do FEAMPA, abrangendo energia, transportes, embalagem e congelação, com menor carga burocrática e maior previsibilidade. Propôs similarmente o estabelecimento de corredores logísticos dedicados à cadeia de frio para produtos perecíveis e a aceleração do Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa, com foco na simplificação administrativa e no acesso ao espaço marítimo. Em termos de prioridades, referiu que, nos Açores, o atum capturado por método de salto e vara e as espécies demersais de elevado valor deveriam ser posicionados em mercados de valor acrescentado, apoiados por uma logística eficiente e por um aumento de escala que permitisse incrementar as receitas regionais. Em 2024, a pesca de atum gerou cerca de 12,4 milhões de euros, enquanto as descargas de goraz (*Pagellus bogaraveo*), num total de 506 toneladas, renderam 8,6 milhões de euros. Na Madeira, o peixe-espada-preto (*Aphanopus carbo*) continuava a ser uma espécie de referência, representando 61% das descargas em 2024 e originando 11,5 milhões de euros em receitas. No seu conjunto, as pescas da região produziram 16,7 milhões de

euros, embora continuassem a enfrentar custos operacionais elevados e frotas envelhecidas. Salientou o notável crescimento da aquicultura madeirense, que registou um aumento de 355% em volume e 484% em valor desde 2016, sublinhando a necessidade de mais ordenamento espacial, inovação tecnológica e utilização dos fundos MAR2030 para compensar os custos adicionais. Por fim, apelou à transformação dos ativos naturais e científicos das Regiões Ultraperiféricas de Portugal - desde as áreas marinhas protegidas à investigação oceanográfica de ponta - em vantagens competitivas assentes na sustentabilidade, rastreabilidade e integração de valor. Reiterou a disponibilidade de Portugal para trabalhar em estreita colaboração com outras Regiões Ultraperiféricas e com a Comissão Europeia na implementação de medidas concretas com objetivos e prazos definidos. Manifestou ainda confiança de que, através da cooperação e do compromisso partilhado, o CCRUP poderia contribuir para converter os desafios estruturais em oportunidades concretas para os setores das pescas e da aquicultura das regiões ultraperiféricas da Europa.

## **5. Perguntas e respostas**

O Sr. Ruben Farias (Federação das Pescas dos Açores) destacou a importância de uma abordagem multissetorial, embora a renovação da frota fosse crucial, os Estados-Membros deveriam proporcionar diferentes tipos de apoio para fortalecer a estrutura das pescas, particularmente na Guiane Francesa, e indagou se existiam planos para abordar questões importantes como a pesca INN.

A Sr.<sup>a</sup> Padma Chinta respondeu que a França se encontrava fortemente empenhada no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e destacou duas áreas de importância para as Regiões Ultraperiféricas: o acesso a fundos europeus para pescadores e aquicultores, e medidas regionais para assegurar o acesso a infraestruturas. Explicou que o plano de compensação existente funcionava de modo adequado, mas constituía uma solução de curto prazo, sendo que a França pretendia apoiar as regiões ultraperiféricas com estratégias e planos de longo prazo. Sublinhou que tal implicava colaboração entre profissionais, serviços públicos e diferentes grupos, incluindo no domínio da renovação da frota. Referiu igualmente que os mecanismos de apoio deveriam abordar diversos desafios, tais como a segurança a bordo e a melhoria da atratividade do setor, e enfatizou a necessidade de assegurar que todos os instrumentos e ferramentas fossem eficientes para a renovação da frota, respeitando as preocupações de sustentabilidade. Acrescentou que eram necessários esforços contínuos para manter e melhorar a eficiência nos próximos anos.

O Sr. David Pavón (*Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias*) salientou a importância das sinergias e identificou vários aspetos críticos para as Regiões Ultraperiféricas. Em primeiro lugar, no que respeitava às Áreas Marinhas Protegidas, os pescadores artesanais careciam de uma proteção reforçada, sendo determinadas espécies vitais tanto para a atividade piscatória como para

a saúde dos ecossistemas. A Comissão Europeia devia ter presente aquela realidade e garantir o afastamento das frotas que exerciam impactos negativos sobre aquelas espécies. Em segundo lugar, as exigentes regulamentações da UE deviam ser analisadas no contexto da competitividade global, dado que outras frotas poderiam não cumprir os mesmos padrões, representando um motivo de preocupação. Em terceiro lugar, no domínio das importações, impunha-se a definição de parâmetros mais rigorosos para sancionar frotas que não respeitavam os regulamentos em vigor. Por último, o financiamento e o estatuto especial das Regiões Ultraperiféricas assumiam importância fundamental: sem uma diferenciação estratégica, estas regiões poderiam enfrentar sérias dificuldades para competir com produtores de maior dimensão, sendo essencial que a Comissão Europeia priorizasse essa diferenciação a fim de assegurar um futuro viável para as Regiões Ultraperiféricas.

**6. Diretora-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia - Charlina Vitcheva;**

A Sra. Charlina Vitcheva destacou a importância estratégica das Regiões Ultraperiféricas, descrevendo-as como motores económicos que exigiam uma atenção diferenciada. Sublinhou o duplo papel da Política Comum das Pescas (PCP) no apoio às pescas e à aquicultura, enquanto setores de produção primária e enquanto mercados. Reconheceu igualmente os contributos fundamentais dos Conselhos Consultivos para a promoção da sustentabilidade e da concorrência leal, acrescentando que quase 200 pareceres tinham sustentado as discussões e os principais processos de tomada de decisão. Destacou os desafios enfrentados pelas Regiões Ultraperiféricas, nomeadamente a vulnerabilidade dos pescadores de pequena escala resultante de recursos e infraestruturas limitados, o que dificultava a sua capacidade de competir com frotas industriais e levantava questões de igualdade de condições. A concorrência proveniente da produção de países terceiros constituía igualmente um desafio significativo. Referiu também que o desenvolvimento da aquicultura, apesar do seu elevado potencial, permanecia assimétrico devido a barreiras estruturais, ambientais e de mercado. O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura disponibilizava 130 milhões de euros para medidas estruturais especificamente destinadas às Regiões Ultraperiféricas, complementados por 180 milhões de euros para compensar custos adicionais resultantes do isolamento geográfico e de outros constrangimentos estruturais. Aqueles fundos tinham por objetivo reforçar a eficiência económica e melhorar o acesso ao mercado, tanto a nível local como internacional. Apresentou ainda iniciativas-chave da DG MARE, começando pelo lançamento do Pacto Europeu para os Oceanos na Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, com a presença da Presidente da Comissão Europeia e de vários Chefes de Estado e de Governo, incluindo o Presidente da República Francesa e o Primeiro-Ministro de Espanha. Aquele Pacto assentava em seis pilares: oceanos saudáveis, economia azul,

vulnerabilidade costeira e adaptação climática, segurança e defesa marítimas, desenvolvimento da investigação e do conhecimento, e governação internacional dos oceanos com países terceiros. Sublinhou que o Pacto seria implementado de forma transversal pelos serviços da Comissão Europeia e facilitaria o diálogo inclusivo e os intercâmbios com as partes interessadas na construção do Ato para os Oceanos. Destacou a futura Estratégia da UE para as Ilhas e Comunidades Costeiras, que abordaria diversas questões, designadamente a resiliência, a conectividade, a segurança alimentar e os desenvolvimentos ambientais. Seria igualmente lançada uma atualização da Estratégia Europeia para as Regiões Ultraperiféricas e realçou ainda a avaliação em curso da Política Comum das Pescas, que incluía as disposições do Regulamento da Organização Comum de Mercado. Afirmou que a avaliação envolvia múltiplos estudos destinados a identificar áreas de melhoria e desenvolvimentos legislativos e informou que a Comissão se encontrava igualmente a avaliar a informação disponibilizada ao consumidor e o enquadramento aplicável à rotulagem, abrangendo aspetos como a transparência, a compreensão por parte do consumidor, a origem e o método de produção, bem como a conformidade e a respetiva aplicação. Na sua perspetiva, uma rotulagem coerente e transparente reforçava a confiança do consumidor e a competitividade do mercado. No que respeitava ao próximo Quadro Financeiro Plurianual, afirmou que a proposta assentava na flexibilidade, numa abordagem integrada e num instrumento financeiro ágil. As Regiões Ultraperiféricas encontravam-se contempladas nos requisitos aplicáveis aos planos nacionais, sendo os Estados-Membros obrigados a demonstrar uma atenção específica a estas regiões em domínios como a habitação, os transportes, a migração e as alterações climáticas. Embora estivessem previstos 2 mil milhões de euros como montante mínimo para os instrumentos de política no âmbito das pescas e da aquicultura, o objetivo consistia em eliminar as abordagens isoladas entre fundos, permitindo assim o acesso a financiamento adicional. O setor poderia beneficiar do apoio proveniente dos três pilares do Quadro Financeiro Plurianual. Acrescentou que a cooperação entre a DG MARE e os Conselhos Consultivos seria essencial para promover o desenvolvimento sustentável e reforçar a competitividade das Regiões Ultraperiféricas.

O Sr. François Herman (*Syndicat des Producteurs Aquacoles de Guadeloupe*) afirmou que o setor aquícola estava bem desenvolvido nas Ilhas Canárias e em Portugal, no entanto, sublinhou que os esforços de investigação nas Regiões Ultraperiféricas de França eram lamentavelmente inadequados, quando não inexistentes. O afastamento do IFREMER da aquicultura naquelas regiões era uma séria preocupação para o futuro e para o cultivo sustentável de espécies nativas (como recomendado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) para uma aquicultura mais sustentável). Manifestou preocupação com a concorrência no mercado face a produtores com padrões inferiores, designadamente o peixe panga do Vietname (*Pangasianodon hypophthalmus*). Questionou sobre potenciais ações para melhorar a qualidade dos produtos e fortalecer o emprego, assegurando

simultaneamente mais transparência e confiança do consumidor. Apelou ao reforço da produção local, nomeadamente através da investigação, da disseminação do conhecimento e do apoio prático.

O Sr. Nicolas Fernández (*Organización de productores pesqueros artesanales Lonja de Conil 72*) manifestou preocupação relativamente às alterações climáticas e ao seu impacto significativo nas pescas e nos mercados. Assinalou que algumas espécies desapareceram, outras se deslocaram e espécies exóticas estabeleceram-se. Embora os cientistas pudessem necessitar de mais tempo para avaliar plenamente aquelas dinâmicas, o setor da pesca artesanal enfrentava uma situação de crise. Referiu que tanto a Comissão Europeia como os Estados-Membros não estavam a oferecer uma resposta adequada aos desafios que afetavam os pescadores de pequena escala. Apelou à definição do conceito de pesca artesanal, sublinhando que tinha implicações diretas na elegibilidade para financiamento. Solicitou ainda apoio no sentido de se poder facilitar o comércio internacional entre operadores de pequena escala.

O Sr. Julio Morón (OPAGAC) afirmou que a Comissão Europeia criava inconsistências nas suas políticas. Sobre o financiamento para a economia azul, embora a Comissão Europeia promovesse objetivos ambiciosos, as reduções no apoio financeiro - de 6 mil milhões de euros para 2 mil milhões de euros - comprometiam o futuro das pescas e a implementação da Política Comum das Pescas.

O Sr. Jean Michel Cotrebil (*Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Martinique*) descreveu a situação na Guayana Francesa, enfatizando que pouco se alterou apesar das preocupações persistentes. Relatou a presença de cerca de 300 embarcações ilegais nas águas guianenses, referindo que as condições na Martinica eram ainda mais graves. Questionou a origem dos dados oficiais publicados, observando que era possível aceder aos números do índice de capturas relativos a 2023 e 2024, e destacou os atrasos imputáveis à segmentação. Sublinhou que 97% de determinadas pescarias dependiam das Regiões Ultraperiféricas e apelou à adoção de medidas práticas para as apoiar. Foram igualmente identificados problemas críticos de infraestruturas, incluindo máquinas de gelo avariadas, embarcações com até 40 anos e a ausência de apoio por parte dos Estados-Membros. Solicitou que as autoridades a visitassem os territórios para constatarem os problemas diretamente, observando que muitas embarcações se encontravam afundadas e que as autoridades locais não dispunham de capacidade para proceder à sua remoção. Salientou também desafios infraestruturais mais amplos, incluindo intermitências no financiamento e atrasos no acesso aos fundos.

A Sr.<sup>a</sup> Maria Luísa Álvarez Blanco (FEDEPESCA) concordou com o Sr. Julio Morón e sublinhou que o setor pesqueiro espanhol atravessava um momento crucial, com a avaliação em curso da Política Comum das Pescas e da Organização Comum de Mercado. Enfatizou que era amplamente reconhecido que o setor tinha enfrentado dificuldades significativas, salientando a importância de valorizar toda a cadeia de valor das pescas. Apelou para que os pescadores de pequena escala não fossem esquecidos

ao longo daquele processo. No âmbito da avaliação em curso da PCP, questionou de que forma a política e o respetivo financiamento poderiam ser melhor articulados e, em particular, como os fundos estavam efetivamente a chegar aos pescadores de pequena escala que competiam com embarcações de muito maior dimensão e questionou também como promover os operadores de pequena escala, incentivando o consumo de peixe como componente de uma dieta saudável, numa altura em que os consumidores revelavam um conhecimento cada vez mais limitado sobre os produtos da pesca. Sublinhou a necessidade de sensibilizar os consumidores quanto à origem do peixe que adquiriam e assinalou que, em Espanha, um terço do peixe consumido era importado, o que classificou como um sinal pouco encorajador para o futuro. Destacou ainda a importância de promover a coesão social dentro do setor, nomeadamente para reduzir o fosso existente entre as comunidades costeiras e rurais e os meios urbanos.

O Sr. Pedro Capela (Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores) manifestou preocupação relativamente à forma como as áreas marinhas protegidas estavam a ser estabelecidas. Embora o setor das pescas não fosse, em princípio, contra as áreas marinhas protegidas, não concordava com a forma como o processo tinha sido conduzido. Sublinhou que deveria ter sido realizado previamente um estudo socioeconómico adequado, qualificando essa omissão como um erro grave. Defendeu igualmente que a reestruturação da frota se tornou uma necessidade, embora o financiamento para essa transição permaneça incerto. Apesar de terem sido mencionados potenciais financiadores, não era claro de onde advinha o apoio financeiro efetivo. Alertou que, para a sua frota, muitas áreas se tornariam em breve restritas, conduzindo à perda de práticas tradicionais de pesca.

A Sr.<sup>a</sup> Charlina Vitcheva (Diretora-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia) reconheceu que o potencial da aquicultura nas Regiões Ultraperiféricas se encontrava desenvolvido de forma desigual. Assinalou que a investigação naquele domínio era robusta, sobretudo em França, através do IFREMER, e destacou a existência de financiamento da UE especificamente destinado à investigação para apoiar estudos e projetos de promoção da aquicultura. Mencionou o pacote para uma economia azul sustentável, apresentado em 2021, que identificou elementos-chave e boas práticas para desbloquear o potencial da aquicultura, reconhecendo simultaneamente que os consumidores continuavam a revelar uma preferência marcada pelo peixe selvagem. Referiu ainda que campanhas promocionais, como a campanha europeia para a aquicultura, bem como outras iniciativas, estavam disponíveis para apoiar o setor. No que respeitava aos requisitos sociais e económicos, informou que a DG MARE estava a analisar de que forma a rotulagem e a informação ao consumidor podiam ser utilizadas, no âmbito do quadro da Organização Comum de Mercado, para os reforçar. Recordou que o Regulamento da UE relativo ao trabalho forçado proibia a colocação no mercado de produtos associados a práticas de trabalho forçado. Sublinhou que uma recolha de dados robusta

constitui um elemento essencial para refletir com maior precisão as realidades das Regiões Ultraperiféricas. Afirmou que as alterações climáticas foram igualmente assinaladas como um fator determinante que afetava as pescas de pequena escala, existindo oportunidades de financiamento ao abrigo do Horizonte Europa e da Missão «Restaurar os nossos Oceanos e Águas» para apoiar estudos sobre os impactes nos fundos marinhos e os efeitos climáticos. Indicou que as pescas estavam integradas nas prioridades políticas, nomeadamente no Pacto Europeu para os Oceanos, garantindo que as partes interessadas estavam devidamente representadas e que as decisões se baseavam em dados reais. No que dizia respeito ao Quadro Financeiro Plurianual, sublinhou que os 2 mil milhões de euros constituíam o montante mínimo, reiterando que o objetivo era eliminar abordagens isoladas entre fundos, designadamente através de uma cooperação reforçada com os Estados-Membros. Relativamente à *Guyane* Francesa, salientou o diálogo intensivo mantido com as autoridades francesas, bem como o compromisso assumido com os países vizinhos. Foram levadas a cabo missões específicas destinadas ao combate à pesca INN nas águas da *Guyane* Francesa, com o apoio da marinha francesa e no que concerne aos mecanismos de apoio estatal, reconheceu que, apesar de terem ocorrido alguns atrasos, diversas decisões foram já tinham sido autorizadas, incluindo no que dizia respeito ao apoio à construção de pequenas embarcações. A respetiva execução caberia agora aos Estados-Membros. No que dizia respeito à definição de «pesca artesanal», destacou que 75% da frota da UE se enquadra naquela categoria e que, nas Regiões Ultraperiféricas, a proporção era ainda mais elevada. Na sua perspetiva, não seria admissível considerar como artesanais embarcações com mais de 12 metros de comprimento e que a DGMARE, continuaria a apoiar os pescadores de pequena escala. Reconheceu a importância de uma abordagem centrada em toda a cadeia de valor, essencial para enfrentar tanto os impactes das alterações climáticas como os desafios da rentabilidade do setor, nomeadamente através do reforço da investigação e da descarbonização. Reconheceu ainda as preocupações associadas ao processo de designação de Áreas Marinhas Protegidas, afirmando que aqueles instrumentos deviam integrar os pescadores nos processos de tomada de decisão e que aquela matéria seria devidamente considerada em exercícios futuros.

**7. Iniciativas relevantes do Parlamento Europeu para os mercados de produtos da pesca e da Aquicultura das RUP** – Membro da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu – Gabriel Mato (Vídeo);

O Sr. Gabriel Mato (Membro da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu) começou por agradecer a oportunidade de se dirigir a todos os presentes e afirmou que o trabalho dos Conselhos Consultivos sempre foi muito valioso para eles, os políticos, mas, como não podiam estar presentes em

todas as reuniões, informou que embora distantes, tentavam acompanhar atentamente todo o trabalho e valorizar as recomendações apresentadas. Defendia que os Conselhos Consultivos deveriam ter mais poder, serem ouvidos com mais atenção pela Comissão Europeia (CE) e também no Conselho Europeu. Sobre a importância da pesca e da aquacultura nas regiões ultraperiféricas (RUPs). Considerou que não eram apenas motores económicos, mas também pilares fundamentais de emprego, património, cultural e segurança alimentar, pois produziam produtos de elevada qualidade para os mercados locais, mas também enfrentavam desafios que nenhuma outra região da União Europeia conhecia, tal como: custos de produção mais elevados, economia de pesca limitada e uma elevada concorrência das importações. Por esses motivos, tinham surgido várias iniciativas parlamentares no setor das pescas. O Parlamento Europeu defendia, constantemente, medidas adaptadas às regiões ultraperiféricas, reconhecendo as suas desvantagens estruturais nomeadamente no reforço de regimes específicos de apoio, como o regime de compensação dos custos adicionais, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento sustentável do setor da pesca, garantindo a sua conservação no próximo quadro financeiro. Afirmou que a pesca e a aquacultura das regiões ultraperiféricas, precisavam de medidas específicas, adaptadas às suas necessidades e realidades. Já lutava há vários anos pela criação de uma ferramenta legislativa única da União Europeia, que contemplasse todas as disposições seguindo o modelo do Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade" (POSEI). Afirmou que o POSEI era aplicado a todos os setores económicos e tinha sido bem-sucedido na agricultura, pelo que acreditavam que o mesmo modelo devia ser transferido para a pesca. O pedido para recriar um POSEI Pesca estava mencionado no seu relatório do ano anterior sobre o futuro da Política Comum das Pescas (PCP), que recebeu um grande apoio do parlamento europeu. Destacou a proposta da Comissão para o futuro do Quadro Financeiro Plurianual que representava uma verdadeira ameaça ao tratamento específico que tem sido concedido às regiões ultraperiféricas. O Parlamento Europeu era claramente contra a eliminação do plano nacional único no futuro quadro financeiro, tal como foi proposto pela CE. Reforçou que iam continuar a defender firmemente, que o financiamento para a pesca e para a aquacultura devia ser salvaguardado de forma claramente diferenciadas. Considerou que a PCP europeia, pela sua própria natureza, era uma conquista verdadeiramente europeia, pelo que o orçamento devia continuar a ser europeu. O possível desenvolvimento do regime de compensações por custos adicionais para os pescadores das nossas regiões, poderia trazer riscos orçamentais sem precedentes, sem qualquer garantia de manutenção do apoio atual. O regime de compensações era uma ferramenta essencial da União Europeia e, como tal, devia ser financiado com recursos europeus, bem como a construção de novas embarcações. Considerou que a renovação das frotas não era um luxo, mas uma necessidade para garantir a sobrevivência das comunidades pesqueiras e dos pescadores. A Europa precisava abandonar aquele tabu e apoiar as nossas regiões, garantindo equidade e competitividade e

assegurando que o pescado de todas as regiões pudesse competir em condições justas com as importações e que o valor acrescentado fosse verdadeiramente reconhecido. Considerou não ser normal nem aceitável que, por exemplo, em *La Reunión*, Martinica ou Guadalupe, a pesca local contribuisse apenas com 15% do pescado consumido e que os 85% restantes, fossem importados, frequentemente capturado por frotas sem qualquer consideração social ou ambiental. Reforçou que não podiam ignorar aquele problema, pois não podiam permitir que o setor pesqueiro europeu perdesse competitividade, dia após dia. Reforçou que as políticas da União Europeia também deviam garantir que os produtores das regiões ultraperiféricas não fossem negativamente discriminados em relação aos produtores continentais. Por isso, considerou que era necessário um compromisso estável para o futuro, e afirmou o reforço do seu compromisso pessoal, e o do Parlamento Europeu, em garantir que as especificidades das RUPs fossem refletidas na política da União Europeia. Afirmou que ia continuar a lutar por medidas específicas e rigorosas, que dessem aos pescadores e produtores aquícolas as ferramentas necessárias para se mantivessem competitivos e crescessem de forma sustentável. Terminou afirmando que o futuro dos mercados locais e a competitividade dos operadores das RUPs deviam ser uma prioridade europeia e encorajou a colaboração com os responsáveis políticos, para que as mensagens sejam sempre coerentes e, fossem consequentemente mais fortes.

**Resumo:**

O Sr. Gabriel Mato, agradeceu a oportunidade de intervir, sublinhando o valor dos Conselhos Consultivos e defendendo o reforço do seu papel. Destacou a importância da pesca e aquacultura nas regiões ultraperiféricas, os desafios específicos que enfrentavam e a necessidade de medidas adaptadas. Reiterou o apoio à criação de um POSEI para a pesca, alertou para os riscos da proposta da Comissão Europeia para o novo quadro financeiro plurianual e defendeu a manutenção do financiamento europeu. Insistiu na renovação das frotas e na necessidade de garantir competitividade face às importações. Concluiu reforçando o compromisso do Parlamento Europeu com a defesa das especificidades das RUPs e apelou a uma colaboração estreita com os decisores políticos.

**8. Ações da EFCA nas águas das RUP – Agência Europeia de Controlo das Pescas (EFCA) – Susan Steele;**

A Sra. Susan Steele (Agência Europeia de Controlo das Pescas - EFCA) sublinhou a importância dos Conselhos Consultivos, referindo-os como os "olhos e ouvidos no terreno", destacou a relevância do trabalho da CCRUP e das visitas às regiões ultraperiféricas, que considerou muito produtivas.

Abordou a ação da EFCA nas regiões ultraperiféricas, recordando que naquele ano celebravam 20 anos de existência da agência. Durante aquele período, o setor das pescas tinha passado por grandes transformações, com maior harmonização e coordenação entre os países da União Europeia, sobretudo nas áreas de inspeção, vigilância e controlo das pescas. Afirmou que a EFCA trabalhava em estreita colaboração com as guardas costeiras e outras entidades para promover os mais elevados padrões de controlo e conformidade, com o objetivo de garantir uma abordagem economicamente eficiente. Informou que no ano anterior, a EFCA tinha coordenado quase 50 mil inspeções através de planos de utilização conjunta. Tinham também desenvolvido, pela primeira vez, inspeções no Oceano Índico, foram implementadas ações de formação, iniciativas de capacitação institucional e programas de intercâmbio de inspetores. Desenvolveram-se atividades no âmbito das guardas costeiras, um domínio de elevada complexidade, tendo sido executado um projeto específico de cooperação, no qual estiveram envolvidos 182 participantes. As intervenções abrangeram igualmente a dimensão internacional da cooperação. Relativamente ao trabalho desenvolvido, destacou a importância dos planos de utilização conjunta (*Joint Deployment Plans*), que assegurava uma aplicação harmonizada, eficaz e coerente das regras da Política Comum das Pescas (PCP), através da coordenação dos meios nacionais de controlo e inspeção dos Estados-Membros. Informou que a EFCA tinha coordenado 45.734 inspeções, com a deteção de 4.823 infrações. Além disso, tinham sido realizadas missões para fiscalizar atividades de pesca, incluindo a pesca de atum no Oceano Índico e inspeções nos Açores, Madeira e Canárias. Informou que a agência também estava envolvida em projetos internacionais como o *West African Sustainable Ocean Programme* (WASOP), destinado à sustentabilidade do Oceano da África Ocidental, e o *Sustainable Western Indian Ocean Programme* (SWIOP) para o Oceano Índico. A utilização de imagens satélite e radares tinha sido fundamental para monitorizar a atividade de pesca, especialmente nas regiões mais remotas, como os Açores, Madeira e Guyane Francesa. No que dizia respeito à formação dos inspetores, a EFCA tinha colaborado com países como: França, Espanha e Itália, garantindo que as operações de controlo estivessem alinhadas com as políticas internacionais, como as da ICCAT e IOTC. A formação e a partilha de informações com os países parceiros tinham sido essenciais para fortalecer o sistema de controlo das pescas, com a utilização de tecnologias inovadoras, como a observação a partir do espaço. Concluiu a sua intervenção reafirmando o compromisso da EFCA com a sustentabilidade das pescas nas regiões ultraperiféricas e com o apoio aos Estados-membros para o desenvolvimento de capacidades de controlo. Reforçou a necessidade de continuar a implementar programas de controlo internacionais, expandir as áreas e trabalhar em estreita colaboração com a Comissão Europeia e outras partes envolvidas.

**Resumo:**

A Sra. Susan Steele, agradeceu aos representantes presentes e destacou a importância dos Conselhos Consultivos, especialmente o CCRUP, enquanto instrumentos fundamentais de proximidade. Referiu os 20 anos da EFCA, sublinhando os progressos na harmonização e coordenação do controlo das pescas na União Europeia. Destacou a atuação da EFCA nas regiões ultraperiféricas, a cooperação internacional, e a realização de quase 55 mil inspeções, com quase 5 mil infrações detetadas. Referiu o reforço de operações no Oceano Índico e o uso de tecnologias como satélites e radares para monitorização remota. Enfatizou ainda a importância da formação de inspetores e da colaboração com Estados-membros. Concluiu reafirmando o compromisso da EFCA com a sustentabilidade das pescas e o reforço contínuo das capacidades de controlo.

9. **Cadeia de valor dos produtos pesqueiros: um enfoque especial nas RUP** – Universidade de La Laguna – José J. Pascual-Fernández;

O Sr. José Pascual-Fernández afirmou que nas investigações realizadas ao longo dos últimos anos, procuravam compreender a dinâmica do mercado da pesca nas Ilhas Canárias, abrangendo também as regiões ultraperiféricas de forma mais ampla. O foco principal estava na pesca artesanal, setor que nas Canárias se caracterizava por uma frota em que 93% dos barcos tinham menos de 12 metros, um dado crucial para entender as limitações e os desafios enfrentados por essa atividade. Este estudo enquadrava-se numa pesquisa mais geral sobre a pesca artesanal em 25 países da costa europeia, onde analisaram as limitações do setor e como ele se tinha transformado ao longo do tempo. Informou que nas Canárias, a comercialização do pescado tinha estado muito centrada no consumo fresco, mas também era notável o elevado volume de exportação, especialmente no caso dos tunídeos, para mercados nacionais e internacionais. Embora as Canárias fossem grandes exportadoras de pescado, o consumo local era extremamente baixo. Os dados mostravam que, apesar de existirem produtos pesqueiros de grande qualidade, o consumo nas ilhas era abaixo da média nacional, o que levantava questões sobre o aproveitamento local dos recursos pesqueiros. Um dado alarmante era que a maior parte do pescado consumido nas Canárias, especialmente o fresco e congelado, vinha de fora. O consumo de pescado local nas ilhas era mínimo, com praticamente nenhuma entrada de pescado local nos mercados de produtos congelados. As exportações de pescado local eram muito superiores ao consumo dentro das próprias ilhas, o que sugeria que existia uma falha no processo de valorização e processamento do pescado local. No entanto, a falta de infraestruturas adequadas, dificultava o aproveitamento dos recursos pesqueiros disponíveis. Referiu que o consumo de pescado nas Canárias também era um reflexo de tendências demográficas e sociais. Os dados indicavam que a população

com mais de 65 anos consumia, em média, 32 quilos de pescado por ano, enquanto os indivíduos abaixo dos 35 anos consumiam apenas 7 quilos, com destaque para as famílias jovens com filhos, que eram as que menos comiam pescado. O referido padrão de consumo, com uma queda acentuada entre os consumidores mais jovens, era particularmente preocupante, pois o pescado era essencial para a saúde e o desenvolvimento, especialmente devido ao seu conteúdo de ômega-3 e ácidos gordos, fundamentais para o crescimento e para a saúde, nomeadamente durante a gravidez. Em relação às exportações, observou que mais da metade do pescado fresco e congelado consumido nas ilhas vinha de fora, enquanto o pescado local era amplamente exportado. Essa situação refletia a falta de instalações adequadas para o processamento do pescado local, uma deficiência estrutural que limitava as oportunidades de comercialização dos produtos pesqueiros locais e dificultava a sua integração no mercado local. Afirmou que embora as Canárias enfrentassem desafios, existiam algumas iniciativas interessantes que buscavam reverter aquele cenário. Várias empresas tinham demonstrado que era possível processar pescado local e distribuí-lo de forma integrada com outros produtos, provando que havia espaço para a valorização do pescado local através de um processamento adequado. No entanto, a maioria das instalações de processamento continuava a trabalhar com produtos importados, o que evidenciava a necessidade de maior investimento em infraestruturas locais de processamento. Além disso, desde 2018, tinha sido desenvolvido um projeto piloto para integrar o pescado local nas escolas das Canárias, visando substituir produtos importados por pescado local. Através da ultracongelação, procurou-se distribuir espécies de pescado de baixo valor, como o atum bonito (*Katsuwonus pelamis*), de forma competitiva em relação aos preços dos produtos importados. O projeto envolveu pescadores, cozinheiros, organizações de produtores e instituições locais, com o objetivo de aumentar a visibilidade do pescado local e educar as novas gerações a valorizar e consumir produtos da pesca local. A visão do futuro para o setor pesqueiro nas Canárias passava pela criação de pequenas instalações de processamento em todas as ilhas, que permitissem aproveitar de forma mais eficiente os recursos pesqueiros locais e facilitar a sua integração no mercado de forma racional. Isso implicava um investimento significativo em infraestruturas, formação de profissionais e na promoção de iniciativas para sensibilizar o público e aumentar o consumo local de pescado. Referiu que em termos mais amplos, as Canárias e outras regiões ultraperiféricas enfrentavam desafios semelhantes no que dizia respeito ao aproveitamento do pescado local, à falta de infraestruturas adequadas de processamento e à necessidade de desenvolver uma maior competitividade no mercado local. No entanto, existiam exemplos de sucesso, como as pequenas empresas nas regiões da Madeira e dos Açores, que tinham desenvolvido atividades de processamento de pescado local, demonstrando que havia um mercado potencial para produtos pesqueiros processados, como os produtos em conserva.

Os dados indicavam que havia uma grande oportunidade para melhorar a forma como o pescado

local era valorizado nas Canárias e em outras regiões ultraperiféricas, com ênfase na criação de infraestruturas de processamento, no aumento do consumo local e na integração de iniciativas de comercialização e certificação que aumentassem o valor do produto. O desafio era grande, mas as iniciativas em andamento mostravam que era possível criar um mercado local mais sustentável e competitivo.

### **Resumo:**

O Sr. José Pascual-Fernández apresentou um estudo sobre a pesca artesanal nas Canárias e noutras regiões ultraperiféricas, destacando as limitações estruturais do setor e a baixa valorização e consumo local do pescado, apesar da elevada qualidade e exportação. Referiu a falta de infraestruturas de processamento e o consumo decrescente entre os mais jovens como desafios centrais. Destacou iniciativas piloto, como a introdução de pescado local nas escolas, e defendeu a criação de pequenas unidades de transformação como caminho para fortalecer o setor. Concluiu que havia potencial de crescimento com investimento em infraestruturas, formação e valorização do produto local.

### **10. Perguntas e respostas:**

O Sr. Pedro Melo (*Associação de Comerciantes de Pescado dos Açores*) agradeceu as apresentações realizadas, com especial destaque para a última, que considerou refletir de forma particularmente fiel a realidade do comércio e dos mercados de pescado. Referiu que muitas das questões apresentadas se aplicavam igualmente à realidade açoriana, ainda que com algumas especificidades. Destacou que, nos Açores, a exportação de pescado assumia um peso significativo, uma vez que o consumo interno não era suficiente para absorver a totalidade da produção. Acrescentou ainda que a valorização do produto era, frequentemente, superior nos mercados externos do que no mercado regional. Informou que, na Região Autónoma dos Açores, não existia qualquer estudo recente sobre o comércio e os mercados de pescado, sendo o último realizado em 2002 e apresentado em 2003, no âmbito de um estudo socioeconómico sobre todo o setor das pescas.

O Sr. Javier Ojeda (*Federation of European Aquaculture Producers - FEAP*) afirmou que gostaria apenas de deixar um comentário que sublinhava a complexidade associada à criação e consolidação de marcas coletivas, uma realidade que não se verificava apenas nas Canárias, mas também no resto de Espanha e no espaço europeu. Referiu que, embora existissem apoios financeiros ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) que permitiam iniciar aquelas marcas e mantê-las em funcionamento por algum tempo, a sua sustentabilidade a longo prazo continuava a ser um desafio, devido à complexidade das cadeias de valor e de distribuição. Ainda

assim, foi expressa a convicção de que, com perseverança, seria possível alcançar o sucesso.

O Sr. O Sr. José Pascual-Fernández partilhou um dado concreto relativamente a um estudo realizado em 2014, que analisou cerca de 80 tentativas de criação de marcas coletivas em Espanha, das quais apenas duas ou três se mantiveram ativas. Concluiu-se que o sucesso destas marcas exigia tempo e, sobretudo, o envolvimento de organizações fortes. Sem base estruturante, o sucesso revela-se extremamente difícil. Defendeu, por fim, a necessidade de maior união no setor, sugerindo que, em vez de se dispersarem esforços por múltiplas marcas, seria preferível apostar numa única marca forte e representativa.

A Sra. Yobana Bermúdez afirmou que gostaria de fazer uma pergunta à Sra. Susan Steele relativamente às cerca de 4.000 sanções aplicadas pela EFCA no corrente ano, questionando-se se essas infrações eram repetitivas, cometidas pelos mesmos navios e com origem nos mesmos operadores. Solicitou esclarecimento sobre a forma como a EFCA tratava essas situações recorrentes e de que modo a Comissão Europeia utilizava essa informação para apoiar a legislação ou políticas a implementar no setor.

A Sra. Susan Steele afirmou que as infrações não eram cometidas repetidamente pelos mesmos navios. Isto devia-se à legislação europeia relativa a infrações graves, que atribui pontos aos mestres ou embarcações reincidentes. A acumulação desses pontos pode levar à imobilização dos navios. Assim, embora existissem embarcações classificadas como de alto risco, não se observava que fossem sempre os mesmos um ou dois navios a incorrer nas infrações.

#### **11. Discurso do Conselheiro de Agricultura, Pecuária, Pesca e Soberania Alimentar do Governo das Canárias – Narvay Quintero;**

O Senhor Narvay Quintero saudou todos os presentes e as pessoas que assistiam à reunião online e deu as boas-vindas à *Gran Canária*. Agradeceu a oportunidade de participar naquele encontro, sublinhando o interesse e a relevância das reuniões realizadas, particularmente pela pertinência dos temas abordados no contexto das Regiões Ultraperiféricas. Realçou o papel crucial dos Conselhos Consultivos, nomeadamente o MAC e o CCRUP, para o desenvolvimento socioeconómico destes territórios, ao permitirem melhorar a governação, fomentar a partilha de conhecimento técnico e de experiências, e promover soluções adaptadas à realidade específica de cada região. Sublinhou que tratar de forma igual contextos desiguais era, em si, uma forma de injustiça. Destacou a importância da comercialização e da valorização do pescado, referindo que pescar de forma sustentável era apenas uma parte da equação; era igualmente necessário transformar e valorizar o produto, e garantir a sua colocação no mercado em boas condições. Lembrou que a pesca artesanal nas RUP tinha tido um papel

histórico no desenvolvimento dos núcleos costeiros, constituindo uma forma de vida, de cultura e de entendimento do oceano que molda aquelas comunidades. Nesse sentido, defendeu que as RUPs podiam servir de plataforma de ensaio para políticas inovadoras, devido à sua especificidade e proximidade ao meio marinho. Foi igualmente abordada a necessidade urgente de renovação da frota pesqueira nas RUPs, não apenas por razões ambientais e de eficiência, mas também para garantir condições de trabalho mais seguras e atrativas para as novas gerações de pescadores. Defendeu que o FEMPA devia prever apoios específicos para esta renovação nas RUPs, uma vez que os investimentos em frota estavam desfasados da realidade social e económica atual. Apelou-se a uma maior valorização destas práticas por parte da Comissão Europeia no contexto do sistema de quotas. No campo da investigação, foi apontado o desfasamento entre os dados científicos disponíveis e as decisões políticas que afetavam as possibilidades de captura nas RUPs. Sobre o novo quadro financeiro plurianual da Comissão Europeia, manifestou a preocupação com o desaparecimento do FEMPA enquanto instrumento financeiro autónomo, receando-se que o setor das pescas passasse a competir com áreas como a habitação, a imigração ou os serviços sociais, diluindo a visibilidade e as necessidades específicas da política comum das pescas. Foi, por isso, sugerida a adoção de uma posição comum dos três países representados e dos setores envolvidos, em defesa da manutenção de uma política pesqueira comum robusta e com dotação específica para as RUPs. No caso das Canárias, foi referiu a ausência de uma indústria de transformação suficientemente estruturada para garantir o fornecimento de pescado local, nomeadamente aos refeitórios escolares, como já acontecia com produtos hortofrutícolas.

Terminou a sua intervenção com um agradecimento aos Conselhos Consultivos do CCRUP e do MAC, por terem escolhido a ilha de Gran Canaria para a realização do evento, reiterando o desejo de que os contributos ali reunidos fossem tidos em conta pela Comissão Europeia. Sublinhou a importância de ouvir o setor e de adaptar as políticas à realidade concreta das RUPs, face aos desafios crescentes relacionados com as alterações climáticas, o consumo e a sustentabilidade.

**Resumo:**

O Sr. Narvay Quintero deu as boas-vindas à Gran Canária e destacou a importância dos Conselhos Consultivos para as RUPs, nomeadamente na promoção de políticas adaptadas à sua realidade. Defendeu a valorização do pescado local, a renovação da frota e a necessidade de infraestruturas de transformação, como forma de garantir sustentabilidade e atratividade para novas gerações. Manifestou preocupação com o desaparecimento do FEMPA no novo quadro financeiro da União Europeia e apelou à defesa de uma política pesqueira comum robusta e com dotação específica para as RUPs. Concluiu agradecendo a escolha da Gran Canária para o evento e apelando à consideração dos contributos por parte da Comissão Europeia.

## **12. Outros assuntos:**

Não havendo mais intervenções ou pedidos de palavra o Sr. David Pavón deu por encerrada a reunião.

## **Conclusões/Recomendações:**

Os pontos de agenda foram cumpridos.

Rascunho

**Participantes CCRUP:**

|                              |  |
|------------------------------|--|
| Amanda Pérez                 | <i>DGMARE</i>  |
| Anne-France Mattlet          | <i>Europêche</i>   |
| Bruno Dachicourt             | <i>European Transport Federation</i>   |
| Bruno Langlade               | <i>Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture</i> |
| Carlos Gonçalves             | <i>DGRM</i>  |
| Charlina Vitcheva            | <i>DGMARE</i>  |
| David Pavón                  | <i>Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias</i>                    |
| Élie Touzé                   | <i>Collectivité Territoriale de Saint Martin</i>                                     |
| Esteban Reyes Hernández      | <i>Dirección General de pescas de España</i>   |
| Fabiana Nogueira             | <i>Cooperativa de Pesca Açoriana</i>   |
| Felipe Fuentes               | <i>Federación provincial de cofradías de pescadores de Santa Cruz de Tenerife</i>    |
| Fernando Duarte              | <i>DGRM</i>  |
| François Herman              | <i>SYPAGUA</i>   |
| Gérard Zitte                 | <i>Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de La Réunion</i>     |
| Guerin Benoît                | <i>BG Sea Consulting</i>   |
| Isabel Artime                | <i>Secretaria General de Pesca de Espanha</i>  |
| Isabel Alonso Cabezas        | <i>Secretaria General de Pesca de Espanha</i>  |
| Jacinto da Silva             | <i>Coopescamadeira</i>   |
| Jean-Michel Cotrebil         | <i>Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Martinique</i>     |
| Jorge Gonçalves              | <i>Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores</i>                     |
| José Basílio Otero Rodrigues | <i>Federación Nacional de Cofradías de Pescadores</i>                                |

|                              |  |
|------------------------------|--|
| José Carlos Santos           | <i>Secretaria de Estado das Pescas de Portugal</i>                                   |
| José Pascual Fernández       | <i>Universidad de la Laguna</i>  |
| Juan Carlos Martín           | <i>OP ANACEF</i>   |
| Juan Jose Rodríguez Verdu    | <i>Federacion Provincial de Cofradías de Pescadores de Las Palmas</i>                |
| Julio Moron                  | <i>OPAGAC</i>  |
| Langlade Bruno               | <i>Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture</i> |
| Léonard Ragnauth             | <i>Comité Regional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Guyane</i>         |
| Lisandra Sousa               | <i>Coopescamadeira</i>   |
| Luís Rodrigues               | <i>Lotaçor</i>   |
| Mar Fernández Merlo          | <i>Secretaria General de Pesca de Espanha</i>  |
| María de las Mercedes García | <i>Asociación Tinerfeña de Amigos de la Naturaleza</i>                               |
| Michel Nalovic               | <i>Trans Océans Tortues Marines</i>  |
| Mirella Meraut Laurence      | <i>Collectivité Territoriale de Saint Martin</i>                                     |
| Montserrat Gimeno Ortiz      | <i>Grupo de Acción Costera de Gran Canaria</i>                                       |
| Narvay Quintero              | <i>Consejería de Agricultura, Ganadería, Pesca e Soberanía Alimentaria</i>           |
| Nicolas Blanc                | <i>Sciaena</i>   |
| Pedro Capela                 | <i>Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores</i>                       |
| Pedro Galache                | <i>European Fisheries Control Agency</i>   |
| Pedro Melo                   | <i>Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores</i>                             |
| Pierre Goetz                 | <i>Association des Marins-Pêcheurs Saint Martin</i>                                  |
| Rafael dos Santos Martins    | <i>Associação dos Produtores de Amêijoa da Fajã de Santo Cristo</i>                  |
| Ruben Farias                 | <i>Federação das Pescas dos Açores</i>   |
| Rui Catarino                 | <i>International Council for the Exploration of the Sea</i>                          |

|                   |  |
|-------------------|--|
| Salvador Malheiro | <i>Secretaria de Estado das Pescas de Portugal</i> |
| Susan Steele      | <i>European Fisheries Control Agency</i>           |
| Xavier Leduc      | <i>Orthongel</i>                                   |

RASCUMBO